

A SOCIEDADE TABU | POR KAROLIN AHRENS

Posted on 14. Oktober 2020

O jornalismo não livre e a intolerância social levaram ao facto de a liberdade de opinião garantida pela Lei Básica ser agora apenas uma fachada.

Por Karolin Ahrens.

A ditadura nem sempre começa com um estrondo estrondoso, com prisões e mortes em massa nas ruas. Por vezes começa por começarmos a pesar as nossas palavras cada vez com mais cuidado. Na verdade, existe liberdade de opinião na Alemanha. Mas tente "negar" a perigosidade do Covid-19 no seu círculo de amigos e familiares. Tente expressar o amor pela sua pátria ou abordar os lados obscuros da migração. Tente questionar o sentido e o objectivo da vacinação. Pode colher ventos frontais tão agressivos que poderá preferir permanecer em silêncio da próxima vez. Nada seria mais urgente do que um debate aberto e respeitoso sobre as questões que precisam de ser resolvidas agora. E não se trata apenas da Corona.

"Pode talvez dizer-me como é que todas as pessoas escondem o seu ser interior tão temerosamente? Porque é que uma pessoa confia tão pouco na outra? Sei que haverá uma razão, mas por vezes acho muito mau que em parte alguma, mesmo entre as pessoas mais próximas de si, possa encontrar um pouco de confiança", escreveu Anne Frank no seu diário de 22 de Janeiro de 1944.

O que é que se lhe responderia hoje? O mesmo padrão de silêncio está a emergir na nossa sociedade. Porque talvez se tenha tornado tão fácil pensar apenas ao ponto da opinião estrangeira. O que parece lógico. Talvez não quente. Mas isso também não importa. Porque todos querem ser amados acima de tudo. Por isso, penso como você. Mas também gosta de outros que pensam como você. E são muitos. É por isso que se ama muitos. Acha que... E estende-se a mão e percebe-se que é tão fácil. Para trocar. Mas o amor é único. E há algo de errado. Deve ser o resultado, se pensa. Mas prefiro não o fazer. Quando é tão fácil para todos os outros?

Estamos a viver numa ditadura de opinião?

O jornalista australiano Julian Assange é levado a julgamento, um lutador autodescrito da verdade, da liberdade de opinião e da liberdade de imprensa. E um homem que agora também tem de temer pela sua

própria vida.

A nossa própria luta pela liberdade de opinião tornou-se uma luta pela soberania da interpretação, pelo poder dos meios de comunicação social e pelo pluralismo, pelo menos desde 2015.

De acordo com um estudo representativo do Instituto Allensbach de Investigação da Opinião Pública, uma parte da população considera agora vários tópicos como tabu: a questão dos refugiados, o tratamento do Islão, a emergência de grupos nacionalistas, termos como "amor à pátria" ou "patriotismo" (1).

Também na crise da Corona é evidente uma clara tomada de posição. De acordo com a investigação do Media Navigator da Swiss Policy Research, os meios de comunicação social geopoliticamente conformes reportam sobre a Corona predominantemente de forma estatal. Os investigadores da Universidade de Passau falaram de uma "visão de túnel" acrítica e indiferenciada.

Isto deve ser avaliado de forma ainda mais crítica porque se trata de uma invasão ilegal da liberdade de expressão se a formação e expressão de uma opinião for impossibilitada ao cidadão por uma medida estatal (2), que não aparece directamente, mas indirectamente nos meios de comunicação social, pelo menos não completamente absurda. O facto é que: os dissidentes são declarados confusos e pontos de crackpots (3). Não é o absurdo da "vacina para acabar com a pandemia" que é criticamente questionado, mas sim os críticos da vacinação que são combatidos nos meios de comunicação social como "opositores da vacinação". Especialmente no que diz respeito à questão da vacina, a obrigação de informar, os riscos e os conflitos de consciência existentes entre os pais (4) exigem um discurso público. Demonstradores de direitos básicos e outros objectivos legítimos são degradados a "corona deniers" (5).

O termo de combate político do "teórico da conspiração", provavelmente utilizado pela primeira vez por um serviço secreto, é difundido, com o resultado de que uma parte da população o adota sem reflexão. Mas mesmo a condenação geral de "ovelhas adormecidas" não testemunha a percepção de que o crescimento próprio e social é procurado em troca com aqueles que pensam de forma diferente, mas sim para cortar este crescimento no início, apontando a suposta fraqueza pessoal reconhecida do outro lado com a subsequente desvalorização.

No entanto, uma discussão respeitosa no que diz respeito às questões políticas actuais que estabelecem tendências é mais urgente do que nunca, porque a crise da Corona não deve obscurecer as questões prementes - para as quais a nossa sociedade ainda não encontrou uma resposta.

Exemplos disto podem ser mencionados aqui:

1. Como podemos ajudar os refugiados de zonas de guerra o mais rapidamente possível? Porque é que há tantas crianças a viajar sozinhas entre os refugiados? Como podemos ajudá-los o mais rapidamente possível ou devolvê-los aos seus pais? Porque é que fazemos a diferença mesmo que a Bundeswehr participe em guerras? Quais são as causas da migração? Porque é que as pessoas deixam as suas casas? O Pacto da Migração é a solução para a Alemanha e a Europa ou apenas para combater os sintomas? Se queremos ter uma ajuda eficaz e uma política de causas e as medidas necessárias, não devemos fazer uma distinção clara entre refugiados e migrantes (6)? Um acordo não deveria garantir que os refugiados necessitados recebam ajuda de emergência - independentemente do país de chegada - para que não tenham de viver em campos e circunstâncias desumanas? Mas será que a migração justifica necessariamente uma política de migração gerida (7)? Qual é o aspecto de uma política de imigração inteligente?
2. Que espaço e significado queremos dar à digitalização - como uma tecnologia que é fundamentalmente estranha à natureza humana? Queremos uma identidade digital completa (ID2020) ou deve haver limites legais e éticos para isso? A digitalização é realmente inevitável em muitas áreas ou é uma tese refutável?
3. Como podemos dar aos estrangeiros e cidadãos alemães com antecedentes migratórios um espaço protegido sem preconceitos e, ao mesmo tempo, preservar a cultura alemã, não perseguindo uma percepção de "auto-abandono" que inevitavelmente divide a sociedade? Como garantimos a segurança interna e a ordem? Como lidamos com pessoas (grupos) ou instituições que trabalham contra os valores liberais e democráticos?
4. Como deve ser garantida a produtividade da economia alemã no futuro, tendo em conta as numerosas insolvências previstas e os "programas de ajuda" estatais estabelecidos? Uma união

económica e financeira europeia ou/e global é realmente a melhor solução para a Alemanha e a Europa?

5. Que curso podemos estabelecer na educação e na ciência para produzir inovações viradas para o futuro, especialmente no que diz respeito aos desafios climáticos, e para alcançar um elevado nível de educação?

Comparação histórica

A maioria dos alemães acredita que o direito de expressar a sua opinião está garantido na Alemanha. No entanto, quase dois terços estão convencidos de que existem hoje muitas leis não escritas que restringem a liberdade de expressão em certas questões - especialmente em espaços públicos. Por um lado, isto aplica-se a tópicos que violam as normas sociais e as regras da palavra, mas por outro lado, aplica-se também a tópicos que movem muitas pessoas, mas que, na impressão da maioria dos inquiridos, não são levados a sério pelas elites dirigentes (8).

O artigo 5 da Lei Básica garante a todos o direito de expressar e divulgar livremente a sua opinião em palavras, escritos e imagens e de obter informações de fontes geralmente acessíveis sem impedimentos. A liberdade de imprensa e a liberdade de reportagem pela rádio e cinema são também garantidas (9). Desde a entrada em vigor da Lei Básica, o artigo não foi alterado (10).

O desenvolvimento da constituição na RDA tomou um caminho completamente diferente do da República Federal da Alemanha. É verdade que o artigo 27 da Constituição da RDA de 1968/74 formulou o direito "de exprimir a sua opinião livre e publicamente". Mas este direito aplicava-se apenas aos cidadãos da RDA. Acima de tudo, porém, a expressão de opinião teve de ter lugar "de acordo com os princípios desta constituição", estando assim sujeita às premissas da ideologia marxista-leninista na interpretação da SED.

Os interesses sociais definidos de forma vinculativa pela SED constituíram - se quisermos aplicar aqui a dicção da doutrina do direito constitucional - os limites imanentes dos direitos fundamentais. A liberdade de opinião e a liberdade de imprensa, rádio e televisão não foram concebidas como direitos subjectivos contra o Estado. Na realidade constitucional, as expressões críticas ao regime levaram frequentemente a

represálias estatais (11).

A arte, a ciência e a investigação nem sequer estavam garantidas na constituição de 1968/74, nem sequer na sua redacção. Uma formulação correspondente tinha sido omitida (12). Neste contexto, a constituição da RDA após a reunificação não poderia dar qualquer impulso idealista para o desenvolvimento futuro da lei alemã dos meios de comunicação social (13).

Estas descobertas devem fazer com que as pessoas se sentem e tomem nota, especialmente no que diz respeito às restrições induzidas pelo Estado aos direitos fundamentais da coroa.

A transformação planeada do jornalismo no chamado jornalismo de atitude (14), que em parte foi avaliada positivamente, poderia também minar ainda mais o direito fundamental à liberdade de opinião.

O jornalismo atitudinal como maquinações políticas com - na pior das hipóteses - líderes políticos como órgãos executivos iria contra a tarefa original de disseminação de informação objectiva, controlo e formação de opinião (15) e iria prejudicar massivamente a democracia.

Mesmo agora, alguns dos principais meios de comunicação parecem estar a reivindicar a soberania da interpretação social e da opinião política.

Num artigo publicado a 6 de Setembro de 2020 no Süddeutsche Zeitung (SZ) intitulado "Tolerância à Intolerância", o autor comenta o "Apelo a espaços de debate livres" de Gunnar Kaiser, escritor alemão e YouTuber, e Milosz Matuschek, autor e colunista que vive em Paris e Berlim. Ele descreve uma esfera pública vibrante como aquela que "... contra posições iliberais, anti-semitas ou mesmo apenas enganosas.". A sua existência não deve ser posta em causa.

No seu artigo, o autor assume "que os liberais e os esquerdistas, que estão genuinamente preocupados com a liberdade de expressão, trabalham agora também para os interesses da direita...".

No entanto, nem o convidado nem o convidado podem ser identificados como politicamente inclinados no apelo. Pretende-se provavelmente uma ampla participação, que não está orientada principalmente para uma atitude política. O artigo 3 (3) frase 1 da Lei Básica assegura a todos que não podem ser prejudicados

ou favorecidos por causa das suas opiniões políticas. O autor da SZ também deixa o leitor na ignorância do motivo por detrás da sua abordagem - contactar pessoalmente os signatários - e da tentativa de cumprir com os seus deveres originais.

Em contraste, o pacote de leis contra o ódio e o incitamento ao ódio aprovado pelo Bundestag alemão é suposto ser "indispensável para a defesa da democracia". O pacote legislativo serve a protecção de todas as pessoas que são ameaçadas e difamadas por racistas e extremistas de direita..." (16). A alegada indispensabilidade por si só suscita dúvidas sobre o presumível consentimento da população.

Na reportagem sobre a manifestação de Berlim a 1 de Agosto de 2020, foram discernidas tendências claras: os manifestantes pacíficos foram degradados na reportagem do direito público em conformidade com o Estado, por exemplo no Tagesschau, a um "grupo crescente de manifestantes com tendências básicas anti-semitas e extremistas de direita", embora o Gabinete para a Protecção da Constituição tenha declarado a outros "principais meios de comunicação social" que não tinha detectado qualquer influência de extrema-direita cessante na manifestação ou no comício global.

Em contraste, o questionável assalto do Reichstag durante a manifestação dos direitos fundamentais a 29 de Agosto de 2020 foi atribuído nos meios de comunicação social a extremistas de direita e cidadãos do Reich (17) e foi correspondentemente dramatizado e encenado politicamente. Entretanto, o instigador da tempestade confirmou numa entrevista pessoal nem consigo próprio nem com os extremistas de direita.

Em circunstância alguma deverá esta legislação levar à censura ilegal (18) ou - como explicado acima - "focinheiras" dos meios de comunicação social ordenadas pelo Estado por críticos (19). Em qualquer caso, não é fácil perceber porque é que uma iniciativa legislativa parecia urgentemente necessária e democraticamente legitimada, uma vez que muitas das infracções são as chamadas infracções de aplicação.

Isto significa que a parte lesada pode e deve apresentar uma queixa criminal na medida em que se considere lesada e prejudicada. Na medida em que o objectivo é a repressão de delitos oficiais, a tarefa de proteger a constituição foi transferida para fornecedores de serviços de telemedia privados e globalmente activos que operam plataformas na Internet com a intenção de obter lucros, e, portanto, frequentemente para leigos

legais. Estes poderiam assim (não intencionalmente) tornar-se agentes de censura.

O jornalismo não livre como inimigo da democracia

O antigo jornalista da Spiegel Harald Schumann, que após receber o prémio de jornalismo "Der lange Atem" 2010, declarou que não há falta de jornalistas capazes e destacados, mas sim estruturas de poder internas que impedem a falta de liberdade e o desenvolvimento do potencial.

Udo Ulfkotte, antigo jornalista e correspondente de guerra do Frankfurter Allgemeine Zeitung (FAZ) no Iraque, por outro lado, acusou os jornalistas "comprados" e os principais meios de comunicação social de serem "belicistas" (20). Ele justifica a sua demissão dizendo que já não quer mentir e enganar as pessoas (21). É difícil para os estranhos nomear as múltiplas razões para o cenário predominantemente inaceitável e uniforme dos meios de comunicação social.

Mas qualquer jornalista pode optar por um jornalismo de boa qualidade - ou, como afirmou o perito financeiro Dr. Markus Elsässer num painel de discussão com o editor-chefe do Wirtschaftswoche (22), entre outros: "... a auto-enganação não vai até à última hora. Consequentemente, a mentira - ou seja, a afirmação deliberada de factos falsos - não é protegida pelo direito fundamental à liberdade de opinião (23).

Por outro lado, todos devem sentir-se livres e ser corajosos para expressar os seus pensamentos e preocupações. Para cada liberdade de expressão - racionalmente ou emocionalmente motivada, sem fundamento, considerada por outros como útil ou prejudicial, valiosa ou inútil - recai sob a protecção da liberdade de opinião (24).

A exigência da verdade encontra-se também no recente artigo "O Futuro do Jornalismo Independente". De acordo com ela "... o jornalismo crítico tem uma oportunidade histórica, se certas condições forem cumpridas. Para além da vontade de "assumir os poderosos", isto é "independência financeira e diversidade...".

Nos termos do artigo 5º da Lei Básica, as condições do jornalismo livre devem também basear-se unicamente nas barreiras constitucionais (imanentes). Tal como o amor verdadeiro exige uma aceitação

absoluta do outro, o jornalismo livre só pode desenvolver-se com o correspondente reconhecimento da liberdade de opinião (constitucionalmente) dada, embora estas barreiras sejam avaliadas individualmente como fraqueza ou limites desagradáveis.

Olhando para o futuro, coloca-se a questão de saber por que razão o Conselho de Imprensa alemão não é obviamente suficientemente capaz de evitar estes desenvolvimentos indesejáveis. Seria necessário complementá-la ou mesmo substituí-la no sentido de uma tríade democrática por um patrocínio democraticamente legitimado e um tribunal arbitral independente? Uma maior transparência das violações e o código como uma característica de qualidade regularmente verificada de forma independente poderia oferecer orientação ao consumidor dos meios de comunicação social e criar confiança em plataformas individuais.

Uma greve libertadora parece urgentemente necessária não só para Julian Assange, mas também para cidadãos responsáveis e jornalismo mediático, se não quisermos falhar devido aos urgentes desafios sócio-políticos.

+++

Este artigo foi publicado pela primeira vez em 10 de Outubro de 2020 em [Rubikon - Magazin für die kritische Masse](#).

+++

Nota sobre o artigo Rubikon: O texto apareceu pela primeira vez em "Rubikon - Magazin für die kritische Masse", em cujo conselho consultivo Daniele Ganser e Rainer Mausfeld estão activos, entre outros. Uma vez que a publicação foi feita sob uma licença gratuita (Creative Commons), KenFM assume este texto para uso secundário e assinala explicitamente que o Rubicon também depende de doações e necessita de apoio. Precisamos de muitos meios de comunicação alternativos!

+++

Obrigado ao autor pelo direito de publicar o artigo.

+++

Fonte da imagem: vchal / portadas

+++

KenFM esforça-se por um amplo espectro de opiniões. Os artigos de opinião e as contribuições dos convidados não têm de reflectir a opinião do pessoal editorial.

+++

Gosta do nosso programa? Informação sobre outras possibilidades de apoio aqui:

<https://kenfm.de/support/kenfm-unterstuetzen/>

+++

Agora também nos pode apoiar com as Bitcoins.



BitCoin endereço: 18FpEnH1Dh83GXXGpRNqSoW5TL1z1PZgZK